

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objetivo:

Contratação Processo Licitatório para Concessão e Exploração Comercial sobre a venda de bebidas durante a 39ª festa do colono de itajaí no período de 24 a 27 de julho de 2025, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor, de acordo com o orçamento requisitado.

Analisar a viabilidade da concessão intencionada, por meio de estudo técnico preliminar, bem como levantar os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência, de forma a melhor atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Itajaí/SC no que tange a este processo, cujo objeto está acima indicado.

Área requisitante da contratação: Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana

I – INFORMAÇÕES GERAIS

1. Equipe de Planejamento

Nome	Cargo/Função	Matrícula	E-mail
Jorge Andriani	Assessor Executivo	2679101	jorge.andriani@itajai.sc.gov.br

II – DIAGNÓSTICO SITUAÇÃO ATUAL

2. Descrição do problema a ser resolvido ou da necessidade apresentada (art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana realiza anualmente a tradicional Festa Nacional do Colono, evento que reúne um **total de 100 mil pessoas** nos quatro dias de festa.

Destaca-se que o município de Itajaí, como um todo, não dispõe dessa Prestação de Serviço para a realização do evento sem a necessidade dessa contratação.

Este procedimento licitatório visa à autorização de uso de bem público para exploração da **CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO COMERCIAL SOBRE A VENDA**

DE BEBIDAS DURANTE A 39ª FESTA DO COLONO DE ITAJAÍ no período de 24 a 27 de julho de 2025, durante a 39ª Festa do Colono, localizado no Parque do Agricultor.

A empresa vencedora do certame deve atender ao presente regulamento, no interior do local denominado “Parque Municipal do Agricultor” durante o evento supra citado e em conformidade com o respectivo contrato assinado pelas partes.

Este procedimento licitatório visa a concessão e exploração comercial sobre a venda de bebidas alcoólicas (cervejas, drinks diversos etc.) e não alcoólicas (água, refrigerantes etc.) durante o evento acima indicado, destinado aos visitantes.

Tal venda deve ocorrer em estandes próprios, fornecidos pela vencedora do certame, com as instalações necessárias ao seu funcionamento e com a respectiva gestão comercial.

A mesma empresa vencedora, em dias específicos da festa, deverá fornecer uma programação musical às suas expensas.

3. Demonstração da previsão da contratação com o Plano Anual de Contratações (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A contratação destes serviços está prevista no Plano Anual de Contratações.

4. Descrição dos requisitos da potencial contratação (art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Atestado emitido por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que a empresa licitante já operou festa com mão-de-obra e fornecimento de bebidas, com circulação mínima de 50.000 pessoas, acompanhado pelo contrato efetivamente executado.

b) Certificado de registro no Ministério da Agricultura de seus produtos, alcoólicos e não alcoólicos, com exceção de destilados, coquetéis, vinhos e água, a serem comercializadas na festa do Colono.

c) Certificado de registro no Ministério do Turismo, como empresa organizadora de eventos, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº 11.771/2008, na forma dos artigos 21 e 22;

- d) Certificado ou Atestado de que a indústria ou representante legal da indústria fabrique chope sem álcool, chope sem glúten, bem como, certificar ou atestar o fornecimento de estes produtos, sem causar interrupção durante o período da festa, comprovando no mínimo a fabricação de 2000 litros chope/mês acompanhado de seus registros no Ministério da Agricultura – MAPA.
- e) Disponibilização e cumprimento dos requisitos indicados no item “Prova de Conceito” e emissão de declaração de que a empresa licitante possui tais requisitos e, comprovadamente (juntar comprovação) já executou serviços de tal vulto.
- f) Declaração de representante exclusivo de fabricante de bebidas, de, no mínimo, 01 (uma) marca de renome nacional, com capacidade de produção mensal de, no mínimo, 500.000 (quinhentos mil) litros de chope por mês;
- g) Projeto da Estação de Chope, com plantas em 3D, layout interno e externo. O projeto deverá contemplar: Tendas com 300m², piso de madeira, cerca com estilo colonial no entorno, 300m² de tecido para rebaixamento do teto, 40 mesas bistrô, balcão em estilo madeira de demolição e varais de luz;
- h) Declarar, através de atestado, que os copos que serão fornecidos na festa, possuam em sua composição o aditivo “Go Green P-LIFE, um OX biodegradável que atende a norma ASTM D6954-4 em sua totalidade com certificado internacional. (Copos biodegradáveis);
- i) Apresentar projeto inovador de baixa tensão elétrica, com acionamento do sistema de auto-serviço de chope, projeto tecnológico, via aplicativo, cards, ou tags operando no mínimo um bar com no mínimo 50 (cinquenta) torneiras autônomas de chope tipo auto-serviço acompanhadas de leitores óticos que liberem a venda do chope sem tato pessoal. O projeto deverá vir acompanhado da comprovação de sua existência e uso testado, aprovado e devidamente documentado.
- j) Atestado de Visita Técnica, emitido pela Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana, declarando que o licitante, por meio de seu representante legal, efetuou vistoria completa no local da realização do evento, previamente agendado com esta Secretaria, até 24hs antes da abertura da documentação de habilitação e proposta de preços. **Contato para agendamento da visita: Jucemar Limas Teixeira – Diretor Executivo da Secretaria de Agricultura, fone 47-3346-5500,**

e-mail: agricultura@itajai.sc.gov.br

5. Estimativas das quantidades para contratação, acompanhadas de memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte (considerar interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala) (art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

<i>Item</i>	<i>Descrição</i>	<i>Valor R\$</i>
01	Valor da concessão na venda de bebidas durante a 39ª Festa Nacional do Colono, Baile da Escolha da Rainha e Confraternização dos Agricultores.	R\$ 115.042,87

Descrições conforme cronograma abaixo:

O processo licitatório na modalidade pregão eletrônico tem por objetivo a contratação de empresas para a Concessão e Exploração Comercial sobre a venda de bebidas durante a 39ª festa do colono de itajaí no período de 24 a 27 de julho de 2025.

É de suma importância que os procedimentos licitatórios atinentes a presente contratação deverá estar finalizado e a empresa já contratada até o final de maio de 2025, auxiliando no planejamento e na distribuição dos espaços autorizados.

III – PROSPECÇÃO DE SOLUÇÕES

6. Levantamento mercadológico (que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar) (art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

A Secretaria de Agricultura e Expansão Urbana realiza anualmente a tradicional Festa Nacional do Colono, evento que reúne um **total aproximado de 100 mil pessoas** nos quatro dias de festa.

Durante o transcorrer deste grandioso evento, é notória a necessária de disponibilização de bebidas aos visitantes da festa, que, dentre outros motivos,

buscam entretenimento, divertimento e uma boa comida que, em conjunto, garantirão uma ótima experiência a todos.

Desta forma, a disponibilização terceirizada de bebidas em geral por empresa licitada se demonstra a melhor assertiva, proporcionando um serviço de qualidade e uma receita ao Município de Itajaí, contribuindo com o financiamento da festa.

Tal licitação já ocorreu nas festas anteriores e, por esta vivência, se demonstra a melhor forma no fornecimento das bebidas em geral.

7. Estimativa do valor da contratação (art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme orçamentos prévios obtidos por meio de pesquisa de preços realizada, verificou-se o valor total de referência para o presente processo licitatório é o recebimento mínimo de **R\$ 115.042,87**.

IV – SOLUÇÃO ESCOLHIDA

8. Descrição da solução escolhida (art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Conforme estipulado no item 6, com a finalidade fomentar a exploração e vendas de bebidas em geral no evento deste ano, a solução escolhida será a abertura de licitação para a Concessão e Exploração Comercial sobre a venda de bebidas durante a 39ª festa do colono de itajaí no período de 24 a 27 de julho de 2025. Deverá fornecer bebidas em dois eventos específicos, o baile de eleição da Rainha e a Confraternização dos Agricultores.

A vencedora deverá custear as apresentações musicais, com entrada gratuita, em palco alternativo durante a festa, em dias específicos, a serem informados pela Organização do Evento.

Deverá ainda fornecer, ao menos, uma Cerveja promocional, em preço popular, no mínimo: três marcas comerciais de cerveja e marcas populares cerveja, além de bebidas destiladas, coquetéis, vinhos, refrigerantes, (no mínimo três marcas comerciais) e água mineral com e sem gás.

A empresa ainda Vencedora deverá disponibilizar e instalar um espaço ou pavilhão de 300m², específico para consumo de chope, com deck, mesas e

cadeiras, com cercas de madeira para delinear o espaço, tendas ou outro material de cobertura, as despesas da Vencedora. Neste local deverá ainda ser oferecido no mínimo três tipos de chope, refrigerantes e água mineral e decoração indicada pela Comissão de Organização.

A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por maior oferta, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

A presente licitação não será dividida em itens diferentes, já que a empresa que possivelmente licitará, para uma melhor organização dos espaços, diversidade de tipos de bebidas disponibilizadas, deverá ser única.

10. Contratações correlatas e/ou interdependentes (art. 18, § 1º, XI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para que o objetivo desta contratação seja atingido.

11. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

O objeto desta contratação visa alcançar resultados significativos em termos de economicidade e melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Primeiramente, ao optar pela contratação de empresas especializadas, espera-se uma redução substancial nos custos operacionais. Empresas especializadas possuem experiência e eficiência na execução dos serviços, o que resulta em menor tempo de execução e redução de desperdícios de materiais. Essa eficiência operacional contribui para uma significativa economia de recursos financeiros, uma vez que os custos são otimizados e os serviços são realizados dentro dos prazos estabelecidos, evitando gastos adicionais decorrentes de atrasos ou retrabalhos.

Além disso, a contratação de empresas externas permite um melhor aproveitamento

dos recursos humanos da administração pública. Com a ausência de servidores capacitados para esses serviços específicos, a terceirização libera a força de trabalho existente para se concentrar em suas funções principais, aumentando a produtividade e a eficiência geral da administração. Isso garante que os servidores possam focar em atividades estratégicas e administrativas, ao invés de serem alocados para tarefas operacionais para as quais não têm a devida qualificação.

No que diz respeito aos recursos materiais, empresas especializadas geralmente possuem acesso a equipamentos e tecnologias avançadas que a administração pública pode não ter disponível ou não ter recursos para adquirir. O uso desses equipamentos modernos não só melhora a qualidade dos serviços prestados, mas também reduz o tempo de execução e a necessidade de manutenção futura, prolongando a durabilidade das obras realizadas.

A economicidade também é promovida pela competitividade do processo licitatório. A seleção de empresas através de licitação pública garante que os contratos sejam firmados com fornecedores que oferecem o melhor custo-benefício, maximizando o retorno sobre o investimento. A concorrência entre as empresas participantes do processo licitatório assegura que os preços sejam justos e competitivos, evitando superfaturamento e garantindo que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente.

Ademais, a terceirização destes serviços permite uma flexibilidade orçamentária maior. A administração pública pode ajustar os contratos conforme as necessidades e a disponibilidade de recursos, contratando serviços apenas quando necessário e evitando despesas fixas com manutenção de equipes internas e equipamentos que podem não ser utilizados continuamente.

Por fim, a garantia de qualidade nos serviços contratados é outro resultado pretendido. Empresas especializadas são obrigadas a cumprir padrões de qualidade estabelecidos no contrato, e a administração pública pode exercer um controle rigoroso sobre a execução dos serviços, garantindo que os resultados atendam às expectativas e às normas técnicas vigentes. Isso contribui para a satisfação da população e a preservação do patrimônio público, evitando gastos futuros com reparos e manutenção corretiva.

Em suma, a contratação de empresas especializadas para estes serviços específicos proporciona uma gestão mais eficiente e econômica dos recursos humanos, materiais e financeiros, promovendo resultados de alta qualidade, otimização dos custos e melhor alocação das atividades internas da administração pública.

12. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato (art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Verificação de Regularidade Jurídica e Fiscal da Contratada:

- Comprovação de que a empresa selecionada atende aos requisitos de habilitação jurídica e fiscal, incluindo a apresentação de certidões negativas de débitos tributários, previdenciários e trabalhistas, conforme exigido no edital.

Análise e Aprovação dos Documentos Necessários:

- Conferência e validação de toda a documentação exigida para formalização do contrato, incluindo a proposta final e os documentos de habilitação apresentados pelo licitante vencedor.

Confirmação de Previsão Orçamentária e Financeira:

- Comprovação da existência de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para a cobertura das despesas geradas pelo contrato.

Publicação dos Resultados da Licitação

- Divulgação dos resultados da licitação e adjudicação do objeto ao vencedor, conforme previsto na legislação e no edital, garantindo a transparência do procedimento.

Designação de Gestor e Fiscal do Contrato:

- Nomeação formal do gestor e, se necessário, do fiscal do contrato, responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização da execução contratual, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

Formalização do Contrato:

- Formalização do instrumento contratual por escrito, com a assinatura das partes e registro do contrato em sistema oficial, quando aplicável.

Publicação do Extrato do Contrato:

- Publicação do extrato do contrato em meio oficial, como forma de assegurar a transparência e a publicidade do ato administrativo.

13. Possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras (art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Não há impactos ambientais que podem ser gerados unicamente em razão de contratações geradas a partir desse objeto. Todavia a empresa deverá efetuar o descarte de resíduos gerados pela prestação de serviço em local adequado, em conformidade com a Lei Federal 1235/2010.

Fica a CONTRATADA comprometida a proteger e preservar o meio ambiente e prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância dos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente, emanadas das esferas federal, estaduais e municipais, incluindo, mas não se limitando, ao cumprimento da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus fornecedores.

14. Responsáveis pela Elaboração do ETP

INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE REQUISITANTE
Jorge Andriani Matrícula 2679101 Itajaí, 10 de março de 2025	Flavia Cristina Faita Sehn Matrícula: 2196802 Itajaí, 10 de março de 2025

15. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)

Considerando o Estudo Técnico Preliminar elaborado, aprovo e atesto a sua conformidade às disposições contidas na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 12.840 de 25 de janeiro de 2024.

ITAJAÍ/SC, 26 DE MARÇO DE 2025.

Jorge Andriani
Matrícula 2679101

Flavia Cristina Faia Sehn
Secretária de Agricultura e Expansão Urbana